RELATÓRIO DE GESTÃO

2019

INTRODUÇÃO

O exercício da democracia tem sempre, ou pelo menos devia ter, por parte dos eleitos, a prestação de consta que, no nosso caso, não só corresponde à parte financeira, mas também às realizações levadas a efeito durante o ano de 2019.

A equipa que coordeno está satisfeita com os resultados obtidos, na medida em que colocamos ao serviço dos vila-franquenses novos meios e infraestruturas que aumentam significativamente a qualidade de vida dos nossos concidadãos.

Mesmo no final do ano de 2019, finalizamos as negociações com as entidades financeiras nossas credoras e, em grande medida, substituímos o crédito bancário pelo do Fundo de Apoio Municipal, garantindo melhores condições financeiras para o Município, o que significa que libertou novos fundos financeiros para, não só encararmos com tranquilidade o futuro, como fazer investimentos indispensáveis a todo o Concelho.

No fundo, executamos o plano aprovado quer na câmara Municipal quer na Assembleia Municipal.

O resultado líquido do exercício de 2019 apresenta um saldo positivo de 510.317,79€ (quinhentos e dez mil e trezentos e dezassete euros e setenta e nove cêntimos). Quanto ao saldo de gerência permitirá no ano de 2020, não só concluir investimentos em curso, como realizar os nossos compromissos.

Verificarão que o saldo efetivo é de 2.508.668,43€ (dois milhões quinhentos e oito mil seiscentos e sessenta e oito euros e quarenta e três cêntimos) orçamental e 152.215,31€ (cento e cinquenta e dois mil e duzentos e quinze euros e trinta e um cêntimo) de operações de tesouraria, acontece que o remanescente refere-se ao saldo da transferência do FAM que está comprometido para pagamento de despesas que serão pagas quando efetivamente realizarmos as internalizações das Empresas Municipais que não foi possível realizar devido ao Estado de Emergência e o encerramento dos serviços públicos, designadamente o notariado, o que inviabiliza celebrarmos as escrituras necessárias à internalização das Empresas Municipais.

Realizamos e cumprimos no ano de 2019 grandes compromissos assumidos, como foi o caso do Parque Recreativo e de Lazer da Mãe de Deus, que muitos duvidaram, mas que tivemos muito orgulho em inaugurar e que foi aplaudido pela generalidade dos vila-franquenses, por ter mesmo superado as expetativas quanto à qualidade da infraestrutura e da sua capacidade para dar uma boa resposta recreativa e desportiva a todo o Concelho.

Houve muitas outras realizações como a requalificação da Avenida Vasco da Silveira, que permitirá uma nova zona de lazer e contemplação atenta à sua magnifica localização que terá a conclusão total com a recuperação do Barracão de Peixe, obra em curso.

Não esquecemos os mais carenciados e executamos os fundos que dispomos: de emergência social e reabilitação de habitação degradada, os quais têm continuidade neste ano de 2020.

Realizamos o nosso programa cultural com inúmeras iniciativas, podendo contar quer com o nosso Museu, quer com a nossa Biblioteca, criando um novo programa para as noites de verão do nosso Concelho.

Uma nota para a realização de festas e eventos que nos identificam como seja o São João, o Natal e o Carnaval, que, de ano para ano, temos vindo a melhorar e qualificar, quer porque corrigimos alguns erros, quer porque damos mais vida a Vila Franca.

Um tema várias vezes falado nas Assembleias Municipais tem a ver com as receitas e despesas correntes.

O resultado neste capítulo é bem demonstrativo do rigor da gestão financeira. Não é por aumentar as receitas correntes que gastamos tudo o que recebemos, não esbanjamos, sabemos aforrar para poder acudir quando e se for necessário.

A receita foi de 8.496.617,00€ (oito milhões e quatrocentos e noventa e seis mil e seiscentos e dezassete euros) e a despesa de 6.109.254,49€ (seis milhões e cento e nove mil e duzentos e cinquenta e quatro euros e quarenta e nove cêntimos), ou seja executamos 72% da receita, o que nos permite agora numa conjuntura difícil poder ajudar aos que mais necessitam.

Este rigor orçamental imprimido por este executivo camarário permite hoje dizer que temos os recursos para o que é necessário, mas sempre com o mesmo rigor, sem atribuir ao supérfluo o que é necessário para o essencial.

Quanto às receitas de capital totalizam 1.417.969,00€ (um milhão e quatrocentos e dezassete mil e novecentos e sessenta e nove euros) o que significa que executamos 117,5%.

De tudo isto resulta que demos prioridade ao investimento em detrimento das despesas correntes, ou seja, estamos a cuidar do nosso futuro coletivo.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Pretende-se com este relatório descrever a atividade do Município de Vila Franca do Campo no ano de 2019, dando especial enfoque aos assuntos económicos e financeiros. Aliás, é um imperativo legal resultante da alínea i) do nº 1 do art.º 33 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro:

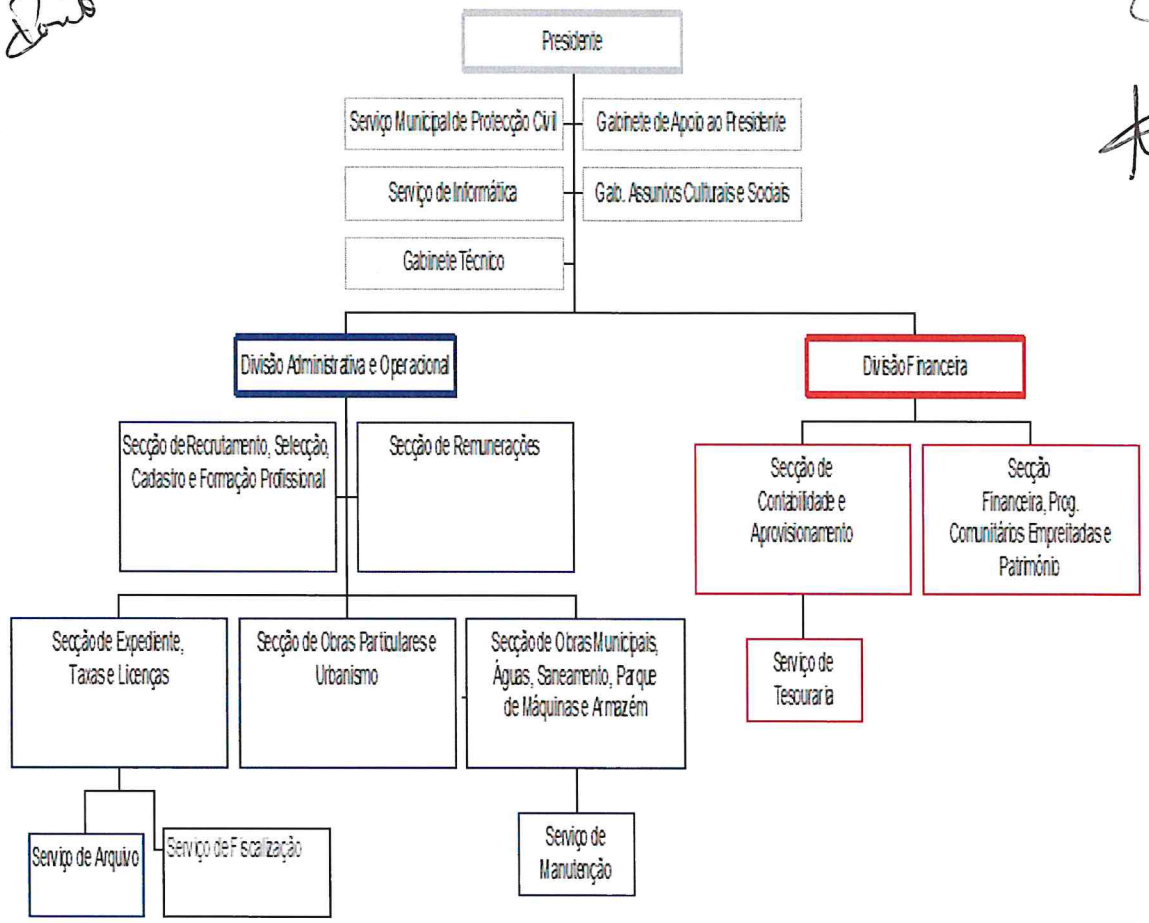
"*Elaborar e aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do município e respetiva avaliação e ainda os* ***documentos de prestação de contas****, a submeter à apreciação e votação da assembleia municipal*;".

Todos os documentos de prestação de contas que serviram de base de cálculo para os valores que adiante serão apresentados, seguem as regras do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), e visam o controlo político, jurisdicional e administrativo, pelas respetivas autoridades competentes:

- Assembleia Municipal
- Tribunal de Contas
- Órgãos de tutela da administração Pública Central.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

ESTRUTURA POLÍTICA E ADMINISTRATIVA



Depois das Eleições de Autárquicas de 01 de outubro de 2017 o elenco camarário ficou com a seguinte composição:

- Presidente da Câmara a tempo inteiro
- Vice-Presidente a tempo inteiro
- 2 Vereadores a tempo inteiro
- 3 Vereadores sem termo.

Os vereadores a tempo inteiro foram eleitos pelo Partido Socialista e os vereadores sem termo eleitos pelo Partido Social Democrata
No Gabinete de Apoio à Presidência continuam nomeados um Chefe de Gabinete, uma Secretária e um Secretário

RECURSOS HUMANOS

EFETIVOS

No ano de 2019, a autarquia dispôs de um efetivo de 110 trabalhadores, sendo 102 na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, contra os 113 registados no ano 2018 e 8 na modalidade de contrato de cedência de interesse público no âmbito do processo de reestruturação do setor empresarial local determinado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.
O decréscimo de três efetivos na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado deveu-se à aposentação de três trabalhadores.

DISTRIBUIÇÃO POR CATEGORIA E SEXO

No ano de 2019, os recursos humanos da autarquia registaram a seguinte estrutura profissional em razão da categoria e do sexo:

Cargo/Categoria	N.º	Percentagem	M	F
Dirigentes	2	2%	2	0
Técnico Superior	10	9%	5	5
Técnico Superior - (Contrato de cedência de interesse público)	1	1%	0	1
Informática	4	4%	2	2
Adm. e Técnicos - Profissional	34	31%	8	26
Adm. e Técnicos - Profissional (Contrato de cedência de interesse público)	1	1%	0	1
Operários e auxiliares	52	47%	42	10
Op. e auxiliares - (Contrato de cedência de interesse público)	6	5%	6	0
TOTAL	110	100%	65	45

DISTRIBUIÇÃO POR ANTIGUIDADE

Considerando a antiguidade dos trabalhadores com vínculo laboral, a estrutura profissional da autarquia apresentou em 2019, a seguinte configuração:

	2017				2018				2019			
Antiguidade	**M**	**F**	**Total**	**%**	**M**	**F**	**Total**	**%**	**M**	**F**	**Total**	**%**
Até 5 anos	6	2	8	8%	5	9	14	12%	9	9	18	16%
5 - 9	1	2	3	3%	2	6	8	7%	0	0	0	0%
10 - 14	11	2	13	13%	6	5	11	10%	12	9	21	19%
15 - 19	11	5	16	16%	15	8	23	20%	15	9	24	22%
20 - 24	5	11	16	16%	5	4	9	8%	6	4	10	9%
25 - 29	10	8	18	18%	7	4	11	10%	4	3	7	6%
30 - 35	14	5	19	19%	12	4	16	14%	7	6	13	12%
>36	6	0	6	6%	16	5	21	19%	12	5	17	15%
TOTAL	**99**				**113**				**110**			

Análise às Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano apresentam as linhas estratégicas orientadoras do programa político do executivo, e são compostas pelo Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Atividades Mais Relevantes (AMR).

PPI – Plano Plurianual de Investimentos

Execução do Plano Plurianual Investimentos - 2019

Designação	Orçamento (Previsões corrigidas)	Realizado	Pago	Taxa de Realização	Taxa de Execução
1 - Funções Gerais	**871 000,00**	**666 994,35**	**588 201,53**	**76,6%**	**67,5%**
1.110 - Serviços Gerais da Adm. Pública	871 000,00	666 994,35	588 201,53	76,6%	67,5%
2 - Funções Sociais	**1 323 460,00**	**990 163,84**	**990 163,84**	**74,8%**	**74,8%**
2.240 - Habitação e Serviços Coletivos	224 100,00	183 044,40	183 044,40	81,7%	81,7%
2.250 - Serviços Culturais, Recr. e Religiosos	1 099 360,00	807 119,44	807 119,44	73,4%	73,4%
3 - Funções Económicas	589 230,00	123 158,70	123 158,70	20,9%	20,9%
3.320 - Indústria e Energia	6 500,00	6 403,25	6 403,25	98,5%	98,5%
3.330 - Transportes e Comunicações	99 000,00	55 858,42	55 858,42	56,4%	56,4%
3.340 - Comercio e Turismo	360 600,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
3.350 - Outras Funções económicas	123 130,00	60 897,03	60 897,03	49,5%	49,5%
TOTAL	**2 783 690,00**	**1 780 316,89**	**1 701 524,07**	**64,0%**	**61,1%**

O Plano Plurianual de Investimentos tinha no final de 2019 uma dotação prevista corrigida de dois milhões setecentos e oitenta e três mil seiscentos e noventa euros, dos quais foi realizado um milhão setecentos e oitenta mil trezentos e dezasseis euros e oitenta e nove cêntimos e pago um milhão setecentos e um mil quinhentos e vinte e quatro euros e sete cêntimos.
A taxa de realização e a de execução anual (2019) foi respetivamente de 64% e 61,1%.

AMR – Atividades Mais Relevantes

Execução das AMR - 2019

Designação	Orçamento (Previsões corrigidas)	Realizado	Pago	Taxa de Realização	Taxa de Execução
1 - Funções Gerais	**660 584,00**	**612 717,23**	**612 309,24**	**92,8%**	**92,7%**
1.110 - Serviços Gerais da Adm. Pública	628 644,00	580 786,43	580 378,44	92,4%	92,3%
1.120 - Segurança e Ordem Pública	31 940,00	31 930,80	31 930,80	100,0%	100,0%
2 - Funções Sociais	**900 270,00**	**840 932,99**	**839 486,85**	**93,4%**	**93,2%**
2.210 - Educação	770,00	750,00	750,00	97,4%	97,4%
2.232 - Ação Social	90 000,00	71 940,03	70 493,89	79,9%	78,3%
2.240 - Habitação e Serviços Coletivos	561 300,00	541 178,56	541 178,56	96,4%	96,4%
2.250 - Serviços Culturais, Recr. e Religiosos	248 200,00	227 064,40	227 064,40	91,5%	91,5%
4 - Outras Funções	**20 556 402,00**	**20 352 387,63**	**20 352 387,63**	**99,0%**	**99,0%**
4.410 - Operações da Dívida Autárquica	20 465 718,00	20 261 704,10	20 261 704,10	99,0%	99,0%
4.430 - Diversas não Especificadas	90 684,00	90 683,53	90 683,53	100,0%	100,0%
TOTAL	**22 117 256,00**	**21 806 037,85**	**21 804 183,72**	**98,6%**	**98,6%**

Nas atividades mais relevantes verifica-se uma taxa de realização e de execução anual de 98,6%, onde os valores com as "Operações da Dívida Autárquica" se evidenciam.

Análise Orçamental

Receita

Evolução da receita (cobrada total) no quadriénio 2016-2019

Receitas	2016	2017	2018	2019	Var. em valor 2019-2018	Var. em % 2018/2019
01. Impostos Diretos	1 796 736,46	1 896 678,31	1 893 359,01	2 307 893,53	414 534,52	21,9%
IMI	1 431 658,09	1 350 450,86	1 349 549,90	1 399 264,70	49 714,80	3,7%
IUC	125 897,01	141 480,49	144 156,15	154 455,56	10 299,41	7,1%
IMT	179 646,53	343 367,04	329 843,54	676 460,11	346 616,57	105,1%
Derrama	59 534,83	61 379,92	69 809,42	77 713,16	7 903,74	11,3%
02. Impostos Indiretos	197 604,66	213 871,27	310 402,69	278 758,80	-31 643,89	-10,2%
04. Taxas, Multas e O. Penalidades	190 201,91	225 762,54	169 161,73	213 357,27	44 195,54	26,1%
05. Rendimentos de Propriedade	113,17	350,58	0,00	0,00	0,00	0,0%
06. Transferências Correntes	4 037 799,61	4 204 118,36	4 199 161,20	4 417 213,58	218 052,38	5,2%
FEF	3 558 668,00	3 698 645,00	3 746 876,00	3 953 191,00	206 315,00	5,5%
FSM	275 777,00	275 777,00	275 777,00	275 777,00	0,00	0,0%
IRS	170 681,00	141 775,00	156 092,00	156 606,00	514,00	0,3%
Outras	32 673,61	87 921,36	20 416,20	31 639,58	11 223,38	55,0%
07. Venda de Bens e Serviços Correntes	1 191 194,07	1 189 606,06	1 243 666,71	1 279 324,19	35 657,48	2,9%
08. Outras receitas correntes	19 156,13	1 947,39	2 500,00	70,59	-2 429,41	-97,2%
Total das Receitas Correntes	**7 432 806,01**	**7 732 334,51**	**7 818 251,34**	**8 496 617,96**	**678 366,62**	**8,7%**
09. Venda de Bens de Investimento	0,00	49 920,00	159 831,80	5 305,00	-154 526,80	-96,7%
10. Transferências de Capital	616 042,36	714 093,78	1 082 918,21	1 167 663,64	84 745,43	7,8%
FEF	395 408,00	410 960,00	416 319,00	439 243,00	22 924,00	5,5%
Outras	220 634,36	303 133,78	666 599,21	728 420,64	61 821,43	9,3%
11. Ativos Financeiros	0,00	0,00	10 000,00	245 000,00	235 000,00	100,0%
12. Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	19 231 372,00	19 231 372,00	100,0%
Total das Receitas Capital	**616 042,36**	**764 013,78**	**1 252 750,01**	**20 649 340,64**	**19 396 590,63**	**1548,3%**
15. Reposições não abatidas nos pagamentos	1 362,82	1 355,55	9 312,09	7 049,19	-2 262,90	-24,3%
Reposições Não Abatidas	1 362,82	1 355,55	9 312,09	7 049,19	-2 262,90	-24,3%
Total das Receitas Orçamentais	**8 050 211,19**	**8 497 703,84**	**9 080 313,44**	**29 153 007,79**	**20 072 694,35**	**221,1%**

A receita orçamental total apresenta um aumento relativamente a 2018 de vinte milhões setenta e dois mil seiscentos e noventa e quatro euros e trinta e cinco cêntimos que corresponde a 221,1%. Tal aumento verificou-se quer nas receitas correntes quer mesmo e de forma mais acentuada nas receitas de capital, via passivo financeiro (contratação de empréstimo FAM).

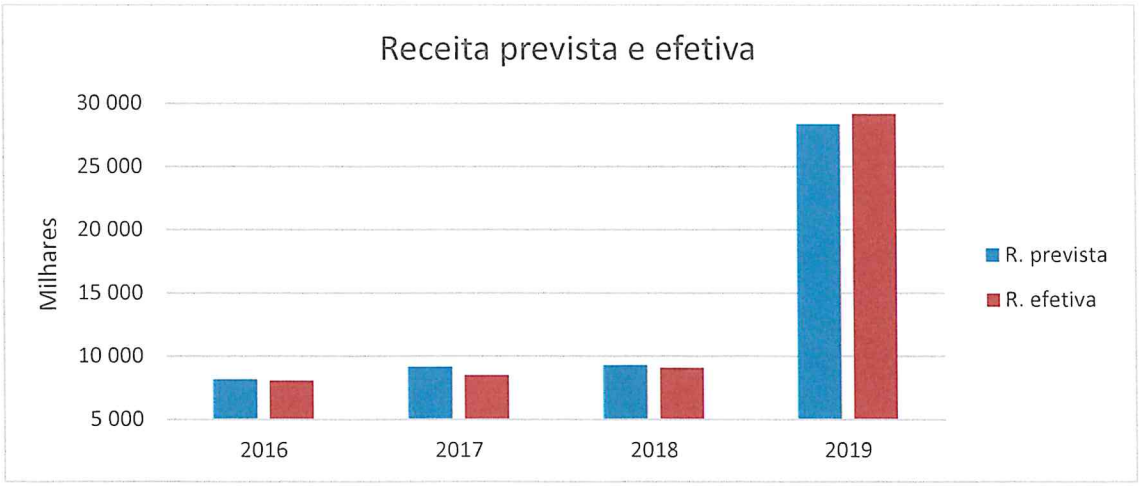
Execução da receita 2019

Receitas	Dotação Corrigida	Receita Cobrada Líquida em 2019	Taxa de Execução	% no Total
01. Impostos Diretos	2 243 731,00	2 307 893,53	102,86%	7,9%
IMI	1 368 073,00	1 399 264,70	102,28%	4,8%
IUC	140 133,00	154 455,56	110,22%	0,5%
IMT	669 444,00	676 460,11	101,05%	2,3%
Derrama	66 081,00	77 713,16	117,60%	0,3%
02. Impostos Indiretos	306 116,00	278 758,80	91,06%	1,0%
04. Taxas, Multas e O. Penalidades	202 415,00	213 357,27	105,41%	0,7%
05. Rendimentos de Propriedade	51,00	0,00	0,00%	0,0%
06. Transferências Correntes	4 416 307,00	4 417 213,58	100,02%	15,2%
FEF	3 953 191,00	3 953 191,00	100,00%	13,6%
FSM	275 777,00	275 777,00	100,00%	0,9%
IRS	156 606,00	156 606,00	100,00%	0,5%
Outras	30 733,00	31 639,58	102,95%	0,1%
07. Venda de Bens e Serviços Correntes	1 250 547,00	1 279 324,19	102,30%	4,4%
08. Outras Receitas Correntes	8,00	70,59	882,38%	0,0%
Total das Receitas Correntes	**8 419 175,00**	**8 496 617,96**	**100,92%**	**29,1%**
09. Venda de bens de investimento	4 700,00	5 305,00	112,87%	0,0%
10. Transferências de Capital	1 500 576,00	1 167 663,64	77,81%	4,0%
FEF	439 243,00	439 243,00	100,00%	1,5%
Outras	1 061 333,00	728 420,64	68,63%	2,5%
11. Ativos Financeiros	245 001,00	245 000,00	100,00%	0,8%
12. Passivos Financeiros	18 173 167,00	19 231 372,00	105,82%	66,0%
Total das Receitas Capital	**19 923 444,00**	**20 649 340,64**	**103,64%**	**70,8%**
15. Reposições não abatidas nos pagamentos	1,00	7 049,19	704919,00%	0,0%
Reposições Não Abatidas	1,00	7 049,19	704919,00%	0,0%
Total das Receitas Orçamentais	**28 342 620,00**	**29 153 007,79**	**102,86%**	**100,0%**

A execução da receita total apresenta uma taxa de 102,86%, registando-se nas receitas correntes 100,92% e nas receitas de capital 103,64%.

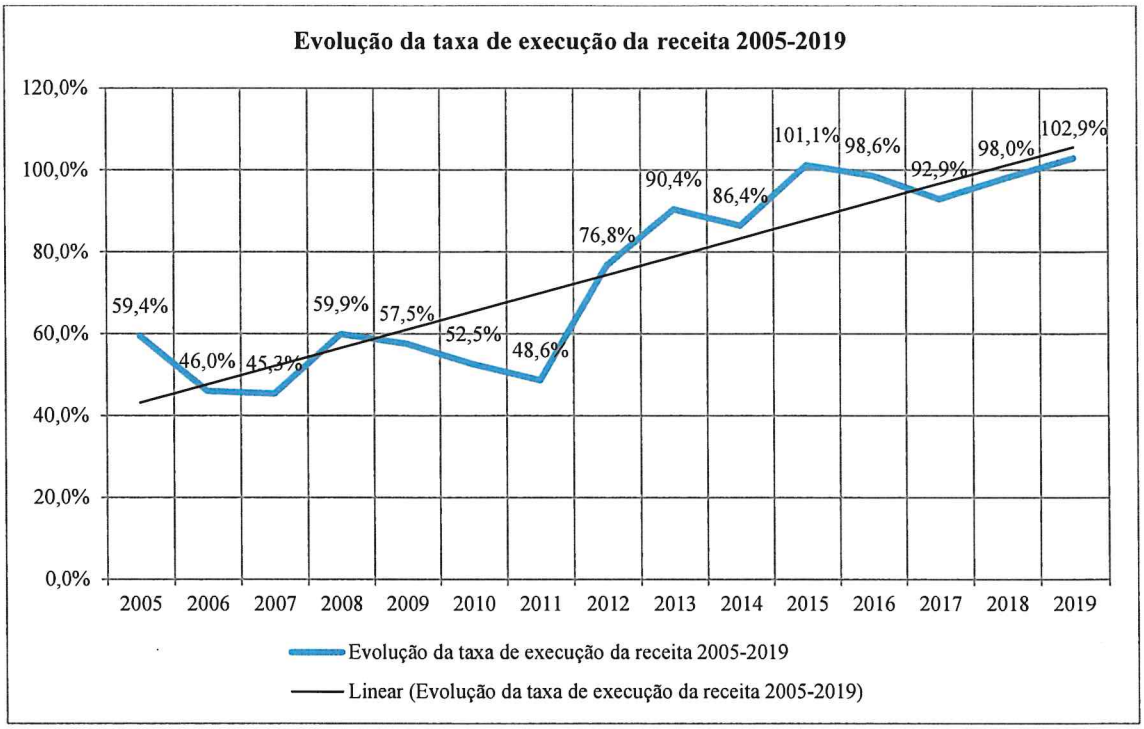
As receitas próprias[1] representam cerca de 14,88% do total das receitas.

O maior contributo para o total das receitas próprias foi dado pela receita do Imposto Municipal sobre Imóveis representando 32,27% do total destas.



O gráfico apresenta a comparação entre a receita prevista corrigida e a respetiva execução bruta. Como se pode verificar, no ano de 2017 existe um maior desfasamento entre o previsto e o executado do ano. Em 2019 a receita efetiva foi superior à prevista.

[1] Receitas Próprias = Total da Receita – Transferências correntes – Transferências de capital – Passivos financeiros


Evolução da taxa de execução da receita 2005-2019
120,0%
100,0%
80,0%
60,0%
40,0%
20,0%
0,0%
59,4%
46,0%
45,3%
59,9%
57,5%
52,5%
48,6%
76,8%
90,4%
86,4%
101,1%
98,6%
92,9%
98,0%
102,9%
2005
2006
2007
2008
2009
2010
2011
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
Evolução da taxa de execução da receita 2005-2019
Linear (Evolução da taxa de execução da receita 2005-2019)

Despesa

Evolução da despesa (paga total) no quadriénio 2016-2019

Despesa	2016	2017	2018	2019	Var. em valor 2019-2018	Var. em % 2018-2019
01.Despesa com Pessoal	2 318 729,74	2 497 194,37	2 611 371,90	2 741 347,70	129 975,80	5,0%
Remunerações Certas e Permanentes	1 765 798,49	1 855 313,59	1 941 376,85	2 021 535,23	80 158,38	4,1%
Abonos Variáveis e Eventuais	120 718,69	107 722,68	105 181,48	111 256,50	6 075,02	5,8%
Segurança Social	432 212,56	534 158,10	564 813,57	608 555,97	43 742,40	7,7%
02. Aquisição de Bens e Serviços Correntes	1 925 620,20	2 222 488,09	2 076 769,67	2 177 024,63	100 254,96	4,8%
Aquisição de Bens	370 978,34	458 520,87	410 620,77	400 207,45	-10 413,32	-2,5%
Aquisição de Serviços	1 554 641,86	1 763 967,22	1 666 148,90	1 776 817,18	110 668,28	6,6%
03. Juros e Outros Encargos	775 253,56	699 578,54	651 051,07	618 374,76	-32 676,31	-5,0%
04. Transferências Correntes	416 326,65	591 351,45	430 069,65	521 089,66	91 020,01	21,2%
05. Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
06. Outras Despesas Correntes	38 943,09	151 384,94	180 481,87	51 417,74	-129 064,13	-71,5%
Total das Despesas Correntes	**5 474 873,24**	**6 161 997,39**	**5 949 744,16**	**6 109 254,49**	**159 510,33**	**2,7%**
07. Aquisição de Bens de Capital	600 504,26	1 481 180,65	1 140 566,24	1 701 524,07	560 957,83	49,2%
09. Ativos Financeiros	58 168,00	58 168,00	43 626,00	29 084,00	-14 542,00	-33,3%
10. Passivos Financeiros	1 497 221,03	1 614 226,41	1 558 545,96	19 643 329,34	18 084 783,38	1160,4%
Total das Despesas Capital	**2 155 893,29**	**3 153 575,06**	**2 742 738,20**	**21 373 937,41**	**18 631 199,21**	**679,3%**
Total das Despesas	**7 630 766,53**	**9 315 572,45**	**8 692 482,36**	**27 483 191,90**	**18 790 709,54**	**216,2%**

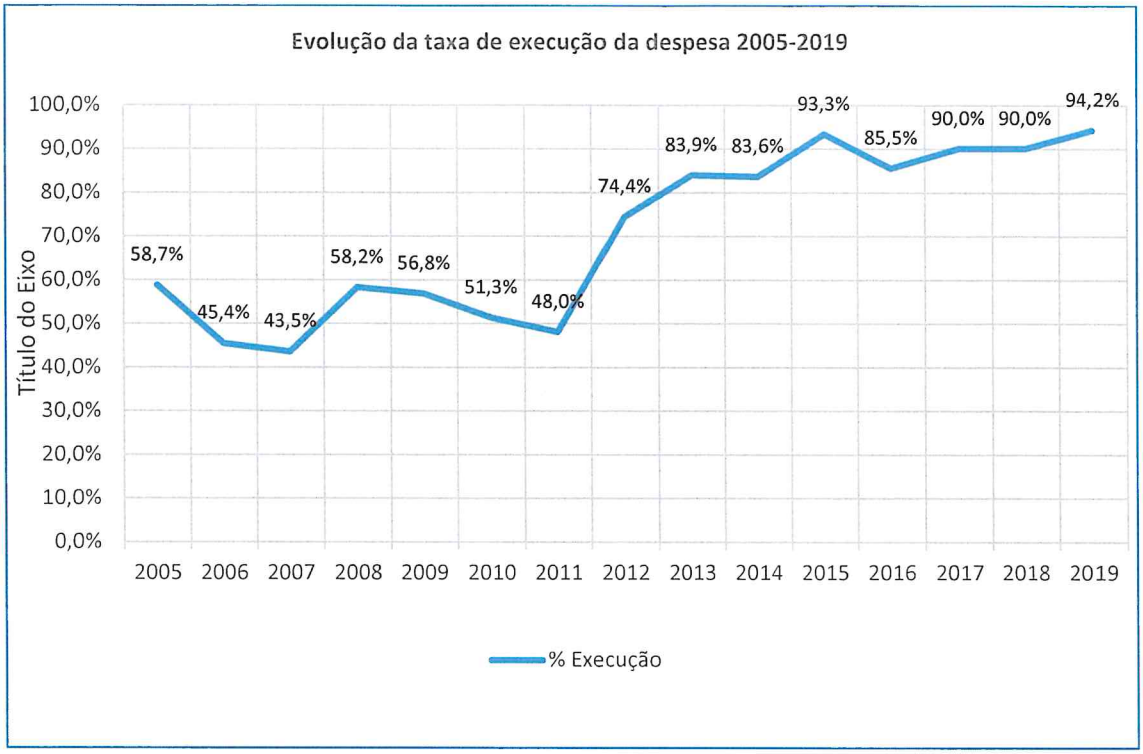
Em relação à despesa corrente, esta apresenta um aumento relativamente a 2018 de 2,7%, que em valor corresponde a cento e cinquenta e nove mil quinhentos e dez euros aproximadamente. A maior variação foi registada nas despesas de capital (pagamento empréstimo do reequilíbrio ao sindicato bancário).

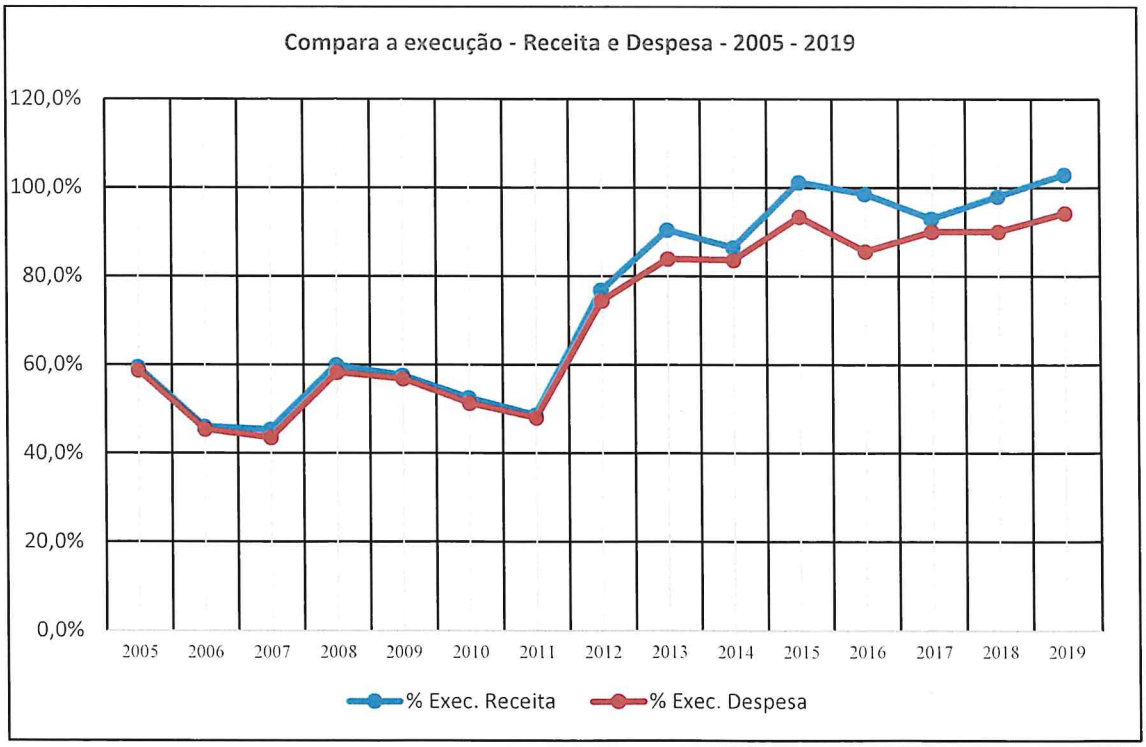
Execução da despesa - 2019

Despesa	Despesa Orçada (corrigida)	Despesa Comprometida	Despesa Realizada	Despesa Paga	Tx. de Execução (Pg/Dot.)	% no Total
01.Despesa com Pessoal	2 863 259,00	2 780 695,90	2 780 695,90	2 741 347,70	95,7%	10,0%
Remunerações Certas e Permanentes	2 068 914,00	2 022 715,23	2 022 715,23	2 021 535,23	97,7%	7,4%
Abonos Variáveis e Eventuais	124 528,00	111 256,50	111 256,50	111 256,50	89,3%	0,4%
Segurança Social	669 817,00	646 724,17	646 724,17	608 555,97	90,9%	2,2%
02. Aquisição de Bens e Serviços Correntes	2 385 316,00	2 204 352,85	2 177 585,84	2 177 024,63	91,3%	7,9%
Aquisição de Bens	430 201,00	403 942,44	400 207,46	400 207,45	93,0%	1,5%
Aquisição de Serviços	1 955 115,00	1 800 410,41	1 777 378,38	1 776 817,18	90,9%	6,5%
03. Juros e Outros Encargos	683 022,00	643 374,76	618 374,76	618 374,76	90,5%	2,3%
04. Transferências Correntes	567 281,00	530 271,71	522 985,38	521 089,66	91,9%	1,9%
06. Outras Despesas Correntes	69 434,00	51 417,74	51 417,74	51 417,74	74,1%	0,2%
Total das Despesas Correntes	**6 568 312,00**	**6 210 112,96**	**6 151 059,62**	**6 109 254,49**	**93,0%**	**22,2%**
07. Aquisição de Bens de Capital	2 783 690,00	2 419 971,37	1 780 316,89	1 701 524,07	61,1%	6,2%
08.Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
09. Ativos Financeiros	29 084,00	29 084,00	29 084,00	29 084,00	100,0%	0,1%
10. Passivos Financeiros	19 782 696,00	19 643 329,34	19 643 329,34	19 643 329,34	99,3%	71,5%
Total das Despesas Capital	**22 595 470,00**	**22 092 384,71**	**21 452 730,23**	**21 373 937,41**	**94,6%**	**77,8%**
Total das Despesas	**29 163 782,00**	**28 302 497,67**	**27 603 789,85**	**27 483 191,90**	**94,2%**	**100,0%**

A execução da despesa apresenta uma taxa de 94,2%. As despesas correntes tiveram um peso relativo de 22,2% e as despesas de capital de 77,8% do total. As despesas com o pessoal e com a aquisição de bens e serviços representam mais do que 80,5% da despesa corrente. Considerando a substituição do empréstimo do reequilíbrio financeiro pelo do FAM de igual valor (18.066.046,77euros), o serviço da dívida[2] foi cerca de 2,2 milhões de euros, representando 8% da despesa total paga

[2] Serviço da dívida = Passivos Financeiros + Juros e outros encargos

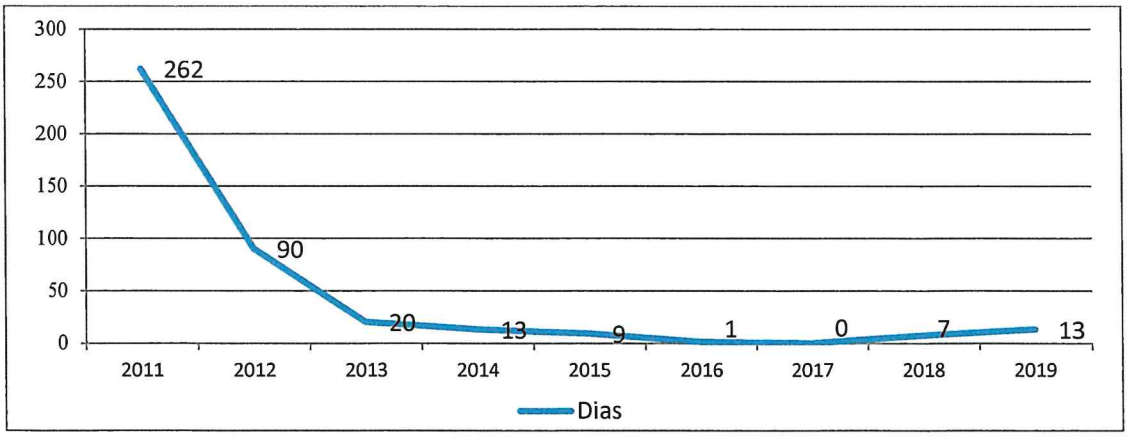

Evolução da taxa de execução da despesa 2005-2019
Título do Eixo
100,0%
90,0%
80,0%
70,0%
60,0%
50,0%
40,0%
30,0%
20,0%
10,0%
0,0%
58,7%
45,4%
43,5%
58,2%
56,8%
51,3%
48,0%
74,4%
83,9%
83,6%
93,3%
85,5%
90,0%
90,0%
94,2%
2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019
% Execução


Compara a execução - Receita e Despesa - 2005 - 2019
120,0%
100,0%
80,0%
60,0%
40,0%
20,0%
0,0%
2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019
% Exec. Receita
% Exec. Despesa

Apuramento da Situação de Endividamento		
Designação	**Montante**	**Obs.**
Total Endividamento Bancário curto Prazo	0,00	
Empréstimos de C/Prazo até 31 de dezembro	0,00	
Capital em dívida de m/l/prazos	19 897 834,75	
Total Endividamento líquido municipal	13 788 718,35	
Contribuição AM, SM e SEL para o endividamento bancário		
Contribuição AM, SM e SEL para o endividamento líquido		
Capital em dívida de empréstimos m/l/prazos excecionados		
Capital em dívida m/l/prazos a considerar	19 897 834,75	
Endividamento líquido a considerar	13 788 718,35	
Limites endividamento municipal		
Curto prazo	621 264,60	
Médio e longo prazo	6 212 646,01	
Endividamento líquido	7 765 807,51	
Situação face aos limites		
Excesso		
Curto prazo		
Margem	621 264,60	
Excesso	13 685 188,74	
Médio e longo prazo		
Margem		
Excesso	**6 022 910,84**	
Endividamento líquido		
Margem		

Excesso de endividamento líquido total (milhões de euros)		
2011	21,1	
2012	19,7	
2013	17,8	
2014	15,9	
2015	14,0	
2016	12,0	
2017	10,5	
2018	9,0	
2019	**7,3**	
2020	5,6	
2021	3,8	
2022	1,9	
2023 a 2030	0,0	

Evolução do prazo médio de pagamento

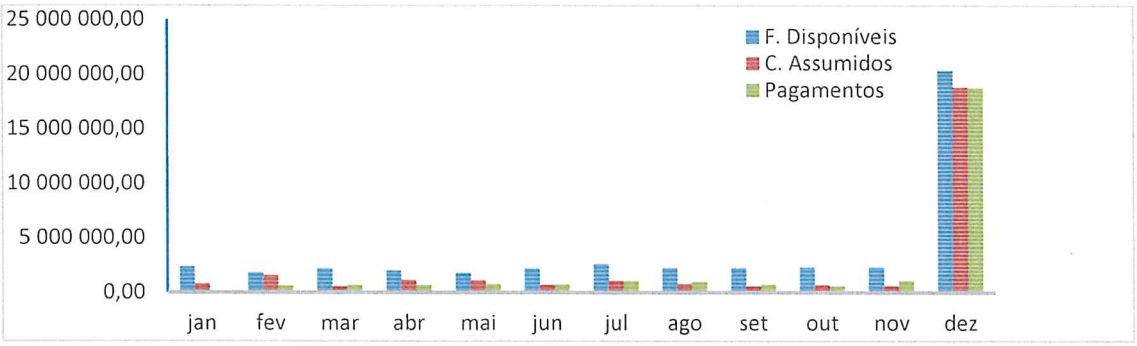


O prazo médio de pagamentos, calculado pela relação da dívida a fornecedores de curto prazo e a aquisição de bens e serviços (4º trimestre de 2019), foi de 13 dias.

Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso – LCPA

A Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA) publicada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, veio estabelecer as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas. Os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação foram regulados pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho.
Assim, de acordo com a legislação referida, os compromissos assumidos não podem ultrapassar os fundos disponíveis.

Fundos Disponíveis



Como se pode verificar foi cumprida a LCPA. Constata-se ainda que durante o ano os pagamentos, em alguns meses, foram superiores aos compromissos assumidos no respetivo mês. Não existem pagamentos em atraso.

Contabilidade de Custos

Em conformidade com o estabelecido no ponto 2.8.3 do POCAL, o Município de Vila Franca do Campo implementou o sistema de contabilidade de custos em 2009.

Os custos de 2019 totalizam 9 milhões de euros, distribuídos pelos diversos centros de responsabilidade, verificando-se montantes mais significativos na "Secção Obras Municipais, Água, Saneamento, Parque de Máquinas", na "Câmara Municipal" e no "Gabinete de Assuntos Culturais e Sociais".

Refere-se que a diferença existente entre o total dos custos dos vários Centros de Responsabilidade (9.074.824,92€) e o total dos Custos da Contabilidade Geral (9.110.365,81€) é de -35.540,89€, sendo a diferença resultante do método de cálculo das amortizações.

Custos por Centro de Responsabilidades

Centro de responsabilidade	Valor	% no TOTAL
Assembleia Municipal	21 312,46	0,2%
Câmara Municipal	1 527 263,40	16,8%
Serviços de Proteção Civil	26 204,90	0,3%
Gabinete de Apoio ao Presidente	175 584,73	1,9%
Serviços de Informática	198 797,33	2,2%
Gabinete de Assuntos Culturais e Sociais	1 422 273,37	15,7%
Gabinete Técnico	193 981,70	2,1%
Divisão Administrativa e Operacional	64 360,33	0,7%
Secção Recrutamento, Seleção, Cadastro e Formação	52 842,27	0,6%
Secção de Remunerações	26 823,23	0,3%
Secção de Expediente, Taxas e Licenças	174 912,05	1,9%
Secção de Obras Particulares e Urbanismo	79 092,12	0,9%
Secção Obras Municipais, Água, Saneamento, Parque de Máquinas	4 360 224,21	48,0%
Divisão Financeira	60 414,84	0,7%
Secção da Contabilidade e Aprovisionamento	623 630,50	6,9%
Secção Financeira, Programas Comunitários e Empreitadas	67 107,48	0,7%
TOTAL	9 074 824,92	100,0%

Proposta de Aplicação de Resultados

O Decreto-Lei n.º 54-A/99, de fevereiro, determina que o resultado líquido do exercício deve ser transferidos para "Resultados Transitados" até que o saldo dos mesmos seja positivo.
Tendo em consideração o exposto anteriormente, propõe-se a seguinte aplicação de resultados:

Resultados Transitados	(conta 59)	100%	510.317,79€

Fatos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Em março de 2020 a Organização Mundial de Saúde declarou a doença COVID-19 como uma pandemia, tendo, consequentemente, Portugal declarado Estado de emergência. Estes factos não têm implicações nas contas de 2019 apresentadas, contudo terão impactos na sociedade e na economia que irão certamente influenciar a atuação do Município durante 2020. Estes impactos não são, na presente data, estimáveis assim como a resposta que o Município terá de assumir para responder aos mesmos.